



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 9079618110000798.000113/2023-82

ESTUDOS PRELIMINARES

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. Dados do Processo:

Órgão Responsável pela Contratação:	Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.
Objeto:	Contratação de empresa para atuar como agente integrador, responsável pelo preenchimento de vagas de estágio supervisionado a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em instituições de ensino técnico ou superior, destinadas às atender às necessidades do CRCES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.
Nº do Processo Administrativo:	9079618110000798.000113/2023-82

2. Diretrizes gerais para a contratação:

2.1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO; *

O CRCES, por meio da contratação de uma empresa especializada, tem como objetivo principal proporcionar oportunidades de estágio para estudantes do ensino técnico e superior, alinhando-se à política pública de inserção social prevista na Lei nº 11.788/2008, que regulamenta os estágios no Brasil. Essa legislação, em seu artigo 1º, §2º, define o estágio como uma ferramenta essencial para o aprendizado de competências profissionais e a contextualização curricular, visando ao desenvolvimento do educando tanto para a vida cidadã quanto para o exercício da atividade profissional.

A política pública de estágios busca garantir que os estudantes adquiram experiência prática em sua área de formação, complementando sua educação formal por meio de atividades alinhadas às suas competências acadêmicas. No âmbito do CRCES, a contratação de uma empresa ou entidade especializada sem fins lucrativos para gerenciar esse processo se justifica pela necessidade de proporcionar um ambiente adequado para o desenvolvimento dos estagiários, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela legislação federal.

A presente solicitação fundamenta-se na necessidade de assegurar o bom funcionamento e a eficácia do processo de seleção e acompanhamento dos estagiários no CRCES. O agente de integração desempenha um papel fundamental ao intermediar a relação entre a instituição de ensino, o estagiário e o Conselho, garantindo maior transparência e eficiência na seleção, contratação e acompanhamento dos estudantes. Além disso, é responsável por auxiliar na divulgação das vagas de estágio, orientar os candidatos e acompanhar o desenvolvimento dos estagiários ao longo do período de vigência do contrato.

A contratação de um agente de integração contribuirá significativamente para a melhoria da qualidade dos estágios oferecidos pelo CRCES, proporcionando uma experiência enriquecedora para os estudantes do ensino técnico e superior, além de garantir que as demandas da instituição sejam atendidas com eficácia. Dessa forma, a contratação justifica-se pela necessidade de conferir agilidade e eficiência à gestão do programa de estágio remunerado, assegurando sua continuidade e alinhamento com as diretrizes institucionais.

A atuação tripartite entre o CRCES, a instituição de ensino e o agente integrador fortalece o caráter educativo e profissionalizante do estágio, permitindo ao estudante aplicar seus conhecimentos acadêmicos de forma prática e adquirir competências essenciais para sua inserção no mercado de trabalho. O estágio curricular, portanto, representa uma oportunidade valiosa para que o estudante desenvolva habilidades técnicas e culturais, aprimorando sua preparação profissional.

Além de seu papel formativo, o estágio também exerce uma função social relevante, promovendo a inclusão e contribuindo para a formação de cidadãos mais preparados para o ambiente de trabalho. No contexto da administração pública, especialmente no CRCES, a inserção de estagiários exige um compromisso com a orientação e o desenvolvimento desses estudantes, abrangendo aspectos como conduta ética, postura profissional e compreensão do funcionamento do setor público.

Portanto, a contratação de estagiários pelo CRCES não apenas atende às determinações legais da Lei nº 11.788/2008, mas também contribui significativamente para o desenvolvimento profissional e social dos jovens em início de carreira. A parceria com uma entidade especializada garante uma gestão eficiente do programa de estágio, proporcionando acompanhamento e suporte adequados aos estagiários do ensino técnico e superior, em consonância com os padrões de qualidade e eficiência buscados pelo CRCES.

Diante do exposto, os serviços objeto desta contratação caracterizam-se como contínuos, pois são essenciais para o desempenho das atividades finalísticas do CRCES, e sua interrupção poderia comprometer o funcionamento do Conselho. Além disso, tais serviços são considerados comuns, uma vez que podem ser definidos e mensurados objetivamente, sem exigência de qualificação exclusiva, sendo oferecidos por diversas empresas especializadas no mercado.

A contratação de empresa especializada para atuar como agente de integração no âmbito do Programa de Estágio do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo (CRCES) visa atender à necessidade de prover suporte técnico-operacional para o recrutamento, formalização e acompanhamento de estagiários, conforme determina a Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio).

A medida busca proporcionar uma solução eficiente e segura para a contratação e gestão de estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino, que irão atuar em setores estratégicos do Conselho, garantindo o cumprimento da função social da autarquia e a melhoria contínua na prestação dos serviços aos seus usuários.

Com base no Mapa de Estimativa de Preços elaborado na fase interna do processo, verificou-se que o valor anual estimado da contratação é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), valor que, em tese, se enquadra na regra de exclusividade para contratação com microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

Contudo, após impugnação apresentada pelo Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, questionando sobre o requisito de exclusividade para ME/EPP, observou-se a vedação da participação de empresas de demais porte seria desvantajoso para o CRCES. Na realização da Dispensa Eletrônica 90011/2025 apenas duas empresas participaram e na segunda tentativa, a Dispensa Eletrônica

90012/2025 teve a participação de apenas cinco empresas.

Considerando o que diz o art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006:

“Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

...

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;”

E tendo analisado o porte e a localização das empresas que constam no Mapa de Estimativa de preços e na lista das empresas que participaram das Dispensas Eletrônicas nº 90011 e 90012/2025, conclui-se que a imposição de exclusividade para ME/EPP colocaria em risco a legalidade e não seria vantajoso para a Administração Pública, reduzindo a competitividade e a possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa.

Diante do exposto, e em atenção aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e a primazia do interesse público, decide-se por dar o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mas não a exclusividade no certame, resguardando assim o interesse público e garantindo a contratação da proposta mais vantajosa à Administração.

2.2 - PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL;

A contratação possui previsão no Plano de Contratações Anual do CRCES para o exercício 2025 v2, item 45.

2.3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO;

SUBITEM	CATSER	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	QUANT.
01	15156	Contratação de empresa para atuar como agente integrador, responsável pelo preenchimento de vagas de estágio supervisionado a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em instituições de ensino técnico ou superior, destinadas às atender às necessidades do CRCES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.	09

2.3.4 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS

2.3.4.1 Formato da Contratação A contratação dos serviços de "Agente de Integração" de estagiários será responsável pelo recrutamento, pré-seleção e administração de todo o processo de estágios, conforme o quantitativo máximo estabelecido neste instrumento. A instituição contratada deverá atuar como agente de integração entre o CRCES e as instituições de ensino, viabilizando a indicação de estudantes e o acompanhamento da execução e continuidade do Programa de Estágio.

2.3.4.2 Responsabilidades do CRCES Os interesses do CRCES na concessão de bolsas de estágio serão

encaminhados ao setor de Recursos Humanos, que, observando os pré-requisitos legais e contratuais, demandará à contratada a pré-seleção e recrutamento de estudantes, encaminhando-os para entrevista e prova de seleção conforme exigências do CRCES.

2.3.4.3 Obrigações da Empresa Contratada A empresa contratada deverão assumir as seguintes obrigações:

- **Divulgação das vagas de estágio:** Realizar campanhas para atrair candidatos qualificados.
- **Recrutamento e pré-seleção:** Conduzir processos seletivos com critérios claros e objetivos.
- **Gestão dos contratos de estágio:** Monitorar e administrar os contratos, garantindo conformidade legal.
- **Emissão de relatórios e avaliações periódicas:** Fornecer relatórios de desempenho e avaliações regulares.
- **Orientação sobre legislação e boas práticas:** Oferecer suporte técnico conforme legislação vigente.
- **Suporte administrativo ao CRCES e estagiários:** Garantir assistência administrativa e suporte técnico.
- **Capacitações complementares aos estagiários:** Realizar treinamentos e workshops.
- **Elaboração e gestão dos Termos de Compromisso de Estágio:** Garantir clareza nos termos e condições.
- **Disponibilização de infraestrutura tecnológica:** Para a gestão digital dos processos.

2.3.4.4 Exigências Operacionais

- As instituições de ensino parceiras do agente de integração devem ter sede na região do CRCES, facilitando o deslocamento dos acadêmicos.
- O agente de integração deve possuir sistema informatizado via web, permitindo gestão desde a contratação até o término de cada TCE, incluindo assinaturas eletrônicas.
- O sistema de controle deve permitir acesso a:
 - Solicitação, aditivo/prorrogação e rescisão de Contratos de Estágio (CRCES);
 - Checklist e download de documentos de referente ao contrato de estágio;
 - Cadastro de agendamento de recesso (férias);
 - Consultas avançadas de currículos e cadastro de vagas;
 - Relatórios contendo informações sobre estagiários ativos e inativos.

2.3.4.5 Regras Gerais para os Estágios

- As vagas serão destinadas a estudantes de ensino superior e profissionalizante, cujas áreas de formação estejam alinhadas com as atividades institucionais do CRCES.
- A carga horária será de 4 horas diárias (20 semanais) ou 6 horas diárias (30 semanais), compatível com o horário escolar.
- A duração do estágio não poderá exceder 2 anos, salvo para estagiários com deficiência, que poderão permanecer até o término do curso.
- O agente de integração será responsável pela celebração e assinatura dos Termos de Compromisso entre estagiário, CRCES e instituição de ensino.
- O contrato de estágio não gera vínculo empregatício com a Administração Pública.
- 10% a portadores de deficiência (Lei nº 11.788/2008).

2.4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE; *

2.4.1 A estimativa da quantidade de menor aprendiz e estagiários foi baseada na necessidade atual dos setores do CRCES, conforme descrito abaixo. O objetivo é atender à demanda dos usuários externos sem comprometer a segurança da rede do CRCES.

Setor	Quantidade
Administrativo	1
DesenProf	1
Fiscalização	2
Comunicação	1
Atendimento	2
Diretoria	1
Operacional	1
Total	09

2.5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO, ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR;

A terceirização dos serviços de agente de integração de estágio para instituições públicas é permitida pelo **Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018**, que define os serviços passíveis de execução indireta mediante contratação.

Além disso, a **Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018**, estabelece que outras atividades não contempladas expressamente em seu artigo 1º podem ser executadas de forma indireta, desde que respeitem as vedações previstas no Decreto nº 9.507/2018. Nesse contexto, os serviços de agente de integração se enquadram nos critérios estabelecidos.

No mesmo sentido, a **Instrução Normativa nº 213/2019** autoriza a contratação de agentes de integração, sejam públicos ou privados, para atuar no aperfeiçoamento do instituto do estágio, mediante processo licitatório.

Para definir a melhor estratégia de contratação, foi realizada uma consulta ao [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP - gov](#) a fim de identificar pregões eletrônicos recentes e empresas que prestam esse serviço a órgãos da esfera federal.

2.6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE; *

Conforme documentos acostados aos autos, o valor estimado da contratação é de R\$ 2.245,32 (dois mil duzentos e quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos).

Para fins de estimativa da presente contratação, procedeu-se à pesquisa direta com fornecedores e contratos públicos, por meio de solicitação de proposta de preço por e-mail, cujo valor médio é apresentado acima.

A pesquisa está em conformidade com o art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 65/2021, realizamos a média dos orçamentos.

2.7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

Contratação de empresa para atuar como agente integrador, responsável pelo preenchimento de vagas de estágio supervisionado a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em instituições de ensino técnico ou superior, destinadas às atender às necessidades do CRCES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

Na descrição da solução, já estão incluídos todos os procedimentos, equipamentos, instalação e manutenções corretivas para a perfeita execução dos serviços.

2.8 - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO; *

A não viabilidade de parcelamento da solução se fundamenta na natureza integrada do objeto, que demanda uma abordagem unificada para garantir eficiência e consistência. Optar por consolidar os serviços em um único item considerou a coesão dos elementos a serem licitados e a sequência lógica de sua execução.

Adicionalmente, a fragmentação deste processo acarretaria à Administração um risco significativo, pois diferentes empresas, embora possam operar no mesmo setor, apresentam disparidades estruturais, logísticas e econômico-financeiras. Tal divisão resultaria em capacidades discrepantes de prestação de serviço, comprometendo a supervisão e expondo a execução dos contratos a possíveis desvios dos padrões estabelecidos.

Portanto, a decisão de não parcelar a contratação busca assegurar a coerência e a qualidade na entrega dos serviços, minimizando potenciais incongruências e garantindo a conformidade na execução do objeto.

2.9 - RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS;

Pretende-se com a presente contratação, os resultados abaixo descritos:

- A contratação de serviço de agente de integração para estágio remunerado propiciará amplo benefício ao CRCES, na medida em que as atividades de recrutamento, pré-seleção, contratação, treinamento e acompanhamento do UASG 158125 Estudo Técnico Preliminar 7/2025 8 de 9 desempenho dos estagiários serão executadas por empresa especializada na área, agregando conhecimento ao acadêmico da Instituição.
- O CRCES busca contribuir efetivamente para inserção do jovem no mundo do trabalho, possibilitando o acesso ao estágio a um maior número de estudantes, despertando neles o interesse pelas carreiras públicas. Deseja propiciar aos estudantes, adequada complementação da formação escolar e o desenvolvimento de seus talentos potenciais, favorecendo o futuro exercício das atividades das respectivas profissões e promover a participação do setor público no processo de aprimoramento do ensino

2.10 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES;

Para a execução do objeto deste estudo, não há necessidade de nenhuma adequação do ambiente do órgão.

2.11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;

Para o objeto deste estudo, não são necessárias contratações correlatas ou interdependentes.

2.12 - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUANDO APLICÁVEL;

Não se aplica a esta contratação.

2.13 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Com base nas informações estabelecidas neste documento, nas justificativas apresentadas no Documento de Formalização da Demanda – DFD, a Equipe de Planejamento DECLARA a viabilidade da contratação de empresa para atuar como agente integrador, responsável pelo preenchimento de vagas de estágio supervisionado a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em instituições de ensino técnico ou superior.

3. Normativos que disciplinam o serviço a ser contratado:

[Lei nº 14.133](#), de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

[Decreto nº 10.947](#), de 25 de janeiro de 2022 - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Instrução Normativa SGD/MGI nº 6](#) de 29 de março de 2023 - Regulamenta os requisitos e procedimentos para aprovação de contratações ou de formação de atas de registro de preços, a serem efetuados por órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo federal, relativos a bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação - TIC.

[Instrução Normativa SLTI nº 01](#), de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

[Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018](#), que define os serviços passíveis de execução indireta mediante contratação.

[Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018](#), estabelece que outras atividades não contempladas expressamente em seu artigo 1º podem ser executadas de forma indireta, desde que respeitem as vedações previstas no Decreto nº 9.507/2018. Nesse contexto, os serviços de agente de integração se enquadram nos critérios estabelecidos, no mesmo sentido, a **Instrução Normativa nº 213/2019**

4. Do Acesso às Informações contidas nos presentes

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que:

☒ X

As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **ASSUMEM CARÁTER SIGILOSO**, nos termos do Art. 23 da Lei nº 12.527/2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.

5. Equipe de Planejamento:

São responsáveis pela elaboração do presente documento que materializa os Estudos Preliminares da presente contratação os seguintes servidores:

Rodrigo dos Santos Sanz Matrícula 50 Membro da Equipe de Planejamento	Elaine Leopoldino Ferreira Matrícula 198 Membro da Equipe de Planejamento	Vanessa Covre Rangel Marques Matrícula 140 Membro da Equipe de Planejamento
---	---	---



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Covre Rangel Marques, Coordenadora**, em 13/06/2025, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Leopoldino Ferreira, Coordenadora**, em 13/06/2025, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo dos Santos Sanz, Coordenador**, em 13/06/2025, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0888702** e o código CRC **0FF55BA9**.